

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA O GABARITO**

Cargo: S12 - PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AEE – ZONA URBANA

Disciplina: ÉTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
16	II e III	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, conforme Resolução nº 04, de 13/07/2010, a escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento alguns requisitos, tais como: REVISÃO (e NÃO manutenção, como está colocado na alternativa I.) das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela. Os demais itens, ainda de acordo com a mesma Resolução, estão corretos. Cabe lembrar que o item III “valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração COMPATÍVEL COM A JORNADA DE TRABALHO definida no projeto político-pedagógico.” foi reproduzido exatamente como está na Resolução e apenas aponta a compatibilidade entre jornada de trabalho com a respectiva remuneração. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-
17	1, 2, 3, 5 e 6	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, conforme Resolução nº 04, de 13/07/2010, as bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de: igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber/ pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas/ gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais para pessoas (NÃO há referência à baixa remuneração, portanto, esta é INCORRETA); vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino. Observe-se, além disso, que o candidato deve considerar, SEMPRE, as alternativas da prova, pois a NÃO inclusão de outros princípios NÃO interfere na percepção do que está sendo afirmado corretamente. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu	INDEFERIDO	-

		gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
23	identificação do problema; agenda; tomada de decisão; implementação; monitoramento.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que o enunciado afirma que etapas ou fases do processo de políticas públicas distinguem-se de acordo com o entendimento de cada autor (apesar disso, considera as mais comuns), mas comumente podem se classificar, RESPECTIVAMENTE, como: identificação do problema; agenda; tomada de decisão; implementação; monitoramento (embaralha as cinco, para que sejam ordenadas). Cabe esclarecer que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do problema: é a primeira etapa e consiste na identificação, ou levantamento do problema a ser considerado como foco da política pública. • Agenda – é a etapa em que se definem os focos de atuação do governo. É o conjunto de problemas e demandas que comporão o plano de ação. • Tomada de decisão: adoção da política - em consenso (de comum acordo), as partes decidem sobre os diversos aspectos, ou focos, que a política abrangerá. • Implementação – é a etapa em que as decisões deixam de ser intenções e passam a ser intervenções na realidade. • Monitoramento (fundamental para avaliação no decorrer de qualquer processo, principalmente o escolar) – etapa de acompanhamento do processo de formulação/elaboração da política, oferecendo informações para possíveis ajustes na direção dos resultados esperados. <p>Outro aspecto não menos importante é considerar que a questão é clara e lógica, pois coloca os mesmos itens em todas as alternativas, escolhendo as etapas a serem consideradas, deixando a cargo do candidato somente colocá-los correta e respectivamente, em ordem.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
16	II e III	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, conforme Resolução nº 04, de 13/07/2010, a escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento alguns requisitos, tais como: REVISÃO (e NÃO manutenção, como está colocado na alternativa I.) das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela. Os demais itens, ainda de acordo com a mesma Resolução, estão corretos. Cabe lembrar que o item III “valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração COMPATÍVEL COM A JORNADA DE TRABALHO definida no projeto político-pedagógico.”foi reproduzido exatamente como está na Resolução e apenas aponta a compatibilidade entre jornada de trabalho com a respectiva remuneração.Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-
17	1,2,3,5,e 6.	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, conforme Resolução nº 04, de 13/07/2010, as bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de: igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber/ pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas/ gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais para pessoas (NÃO há referência à baixa remuneração, portanto, esta é INCORRETA); vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino. Observe-se, além disso, que o candidato deve considerar, SEMPRE, as alternativas da prova, pois a NÃO inclusão de outros princípios NÃO interfere na percepção do que está sendo afirmado corretamente. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-	INDEFERIDO	-

		se improcedente o recurso impetrado.		
23	identificação do problema; agenda; tomada de decisão; implementação; monitoramento.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que o enunciado afirma que etapas ou fases do processo de políticas públicas distinguem-se de acordo com o entendimento de cada autor (apesar disso, considera as mais comuns), mas comumente podem se classificar, RESPECTIVAMENTE, como: identificação do problema; agenda; tomada de decisão; implementação; monitoramento (embaralha as cinco, para que sejam ordenadas). Cabe esclarecer que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do problema: é a primeira etapa e consiste na identificação, ou levantamento do problema a ser considerado como foco da política pública. • Agenda – é a etapa em que se definem os focos de atuação do governo. É o conjunto de problemas e demandas que comporão o plano de ação. • Tomada de decisão: adoção da política - em consenso (de comum acordo), as partes decidem sobre os diversos aspectos, ou focos, que a política abrangerá. • Implementação – é a etapa em que as decisões deixam de ser intenções e passam a ser intervenções na realidade. • Monitoramento (fundamental para avaliação no decorrer de qualquer processo, principalmente o escolar) – etapa de acompanhamento do processo de formulação/elaboração da política, oferecendo informações para possíveis ajustes na direção dos resultados esperados. <p>Outro aspecto não menos importante é considerar que a questão é clara e lógica, pois coloca os mesmos itens em todas as alternativas, escolhendo as etapas a serem consideradas, deixando a cargo do candidato somente colocá-los correta e respectivamente, em ordem.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
18	superação do rito escolar.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, conforme a Resolução nº 04, de 13/07/2010, "Artigo 11. A escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País.</p> <p>Parágrafo único. Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO até os critérios que orientam a ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR EM SUA MULTIDIMENSIONALIDADE, PRIVILEGIA TROCAS, ACOLHIMENTO E ACONCHEGO, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas." E ainda "Art. 12. Cabe aos sistemas educacionais, em geral, definir o programa de escolas de tempo [...] tendo em vista a AMPLITUDE DO PAPEL SOCIOEDUCATIVO atribuído ao conjunto orgânico da Educação Básica, o que requer outra organização e gestão do trabalho pedagógico.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
20	I e II.	<p>Em resposta ao recurso interposto, conforme a Resolução nº 04, de 13/07/2010, temos a dizer que, sobre a parte diversificada que enriquece e complementa a base nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A parte diversificada pode ser organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados colegiadamente pelos sistemas educativos ou pela unidade escolar. CORRETO • A LDB inclui o estudo de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, cabendo sua escolha à comunidade escolar, dentro das possibilidades da escola, que deve considerar o atendimento das características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e da internacionalização de toda ordem de relações. CORRETO - Art. 15. § 2º A LDB inclui o estudo de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, cabendo sua escolha à comunidade escolar, dentro das possibilidades da escola, que deve considerar o atendimento das características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e da internacionalização de toda ordem de 	INDEFERIDO	-

		<p>relações.</p> <ul style="list-style-type: none">• A língua espanhola, por força da Lei nº 11.161/2005, é OPCIONALMENTE OFERTADA no Ensino Médio e facultativa para o estudante, bem como possibilitada no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. – INCORRETA - A língua espanhola, por força da Lei nº 11.161/2005, é OBRIGATORIAMENTE OFERTADA no Ensino Médio, embora facultativa para o estudante, bem como possibilitada no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
19	velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.	<p>Em resposta ao recurso interposto, conforme Art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96, temos a dizer que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.</p> <p>Quanto às demais alternativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • executar a proposta pedagógica, enviada pelo Governo Estadual. INCORRETO - os estabelecimentos de ensino devem elaborar e executar sua proposta pedagógica; • administrar seu pessoal e seus recursos IMATERIAIS. INCORRETO - administrar seu pessoal e SEUS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS. • refutar articulações com as famílias e a comunidade. INCORRETO - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. • encaminhar para a Secretaria de Educação lista dos alunos de menor rendimento para prover meios para a recuperação. INCORRETO - é de responsabilidade da escola promover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento. <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
20	I e II.	<p>Em resposta ao recurso interposto, conforme a Resolução nº 04, de 13/07/2010, temos a dizer que, sobre a parte diversificada que enriquece e complementa a base nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A parte diversificada pode ser organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados colegiadamente pelos sistemas educativos ou pela unidade escolar. CORRETO • A LDB inclui o estudo de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, cabendo sua escolha à comunidade escolar, dentro das possibilidades da escola, que deve considerar o atendimento das características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e da internacionalização de toda ordem de relações. CORRETO - Art. 15. § 2º A LDB inclui o estudo de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, cabendo sua escolha à comunidade escolar, dentro das possibilidades da escola, que deve considerar o atendimento das características locais, regionais, nacionais e transnacionais, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e 	INDEFERIDO	-

		<p>da internacionalização de toda ordem de relações.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A língua espanhola, por força da Lei nº 11.161/2005, é OPCIONALMENTE OFERTADA no Ensino Médio e facultativa para o estudante, bem como possibilitada no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. – INCORRETA - A língua espanhola, por força da Lei nº 11.161/2005, é OBRIGATORIAMENTE OFERTADA no Ensino Médio, embora facultativa para o estudante, bem como possibilitada no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
23	<p>identificação do problema; agenda; tomada de decisão; implementação; monitoramento.</p>	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que o enunciado afirma que etapas ou fases do processo de políticas públicas distinguem-se de acordo com o entendimento de cada autor (apesar disso, considera as mais comuns), mas comumente podem se classificar, RESPECTIVAMENTE, como: identificação do problema; agenda; tomada de decisão; implementação; monitoramento (embaralha as cinco, para que sejam ordenadas). Cabe esclarecer que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do problema: é a primeira etapa e consiste na identificação, ou levantamento do problema a ser considerado como foco da política pública. • Agenda – é a etapa em que se definem os focos de atuação do governo. É o conjunto de problemas e demandas que comporão o plano de ação. • Tomada de decisão: adoção da política - em consenso (de comum acordo), as partes decidem sobre os diversos aspectos, ou focos, que a política abrangerá. • Implementação – é a etapa em que as decisões deixam de ser intenções e passam a ser intervenções na realidade. • Monitoramento (fundamental para avaliação no decorrer de qualquer processo, principalmente o escolar) – etapa de acompanhamento do processo de formulação/elaboração da política, oferecendo informações para possíveis ajustes na direção dos resultados esperados. <p>Outro aspecto não menos importante é considerar que a questão é clara e lógica, pois coloca os mesmos itens em todas as alternativas, escolhendo as etapas a serem consideradas, deixando a cargo do candidato somente colocá-los correta e respectivamente, em ordem.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: S19 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA**Disciplina:**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
17	1, 2, 3, 5 e 6.	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, conforme Resolução nº 04, de 13/07/2010, as bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de: igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber/ pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas/ gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais para pessoas (NÃO há referência à baixa remuneração, portanto, esta é INCORRETA); vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino. Observe-se, além disso, que o candidato deve considerar, SEMPRE, as alternativas da prova, pois a NÃO inclusão de outros princípios NÃO interfere na percepção do que está sendo afirmado corretamente. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-

Disciplina:

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
16	II e III	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, conforme Resolução nº 04, de 13/07/2010, a escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento alguns requisitos, tais como: REVISÃO (e NÃO manutenção, como está colocado na alternativa I.) das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela. Os demais itens, ainda de acordo com a mesma Resolução, estão corretos. Cabe lembrar que o item III “valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração COMPATÍVEL COM A JORNADA DE TRABALHO definida no projeto político-pedagógico.”foi reproduzido exatamente como está na Resolução e apenas aponta a compatibilidade entre jornada de trabalho com a respectiva remuneração.Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.	INDEFERIDO	-

Cargo: S21 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1ª AO 5º ANO – ZONA URBANA

Disciplina: ÉTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
24	1 e 3	<p>Em resposta ao recurso interposto temos a dizer que, conforme a Resolução nº 04, de 13/07/2010, na organização de escola indígena, deve ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como suas estruturas sociais e suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem. Os demais itens estão INCORRETOS, conforme afirma o art. 38: suas práticas socioculturais e religiosas/ uso de materiais didático-pedagógicos produzidos DE ACORDO COM O CONTEXTO SOCIOCULTURAL DE CADA POVO INDÍGENA.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-